



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO
Setor Comercial Norte - Quadra 4 - Bloco B - Ed. Varig - Torre Sul - 8º andar - Sala 803 - Bairro Asa Norte - CEP 70714-020 - Brasília - DF
- www.funprespjud.com.br

EDITAL FUNPRESP-JUD Nº 25/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00282/2025

Torna-se público que a **Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud**, sediada no SCN Quadra 4, Edifício Varig - Torre Sul, Bloco B, 8º Andar, Sala 803, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.714-020, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a ser processado e julgado em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos - Rilec da Funpresp-Jud, com a Lei 14.133/2021, Lei 13.303/2016, Decreto 10.024/2019 e com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, na seguinte conformidade.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

Este Edital e seus Anexos poderão ser obtidos via Internet nos sites do COMPRASNET: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e da Funpresp-Jud: <https://www.funprespjud.com.br/licitacoes/>.

Sessão Pública do Pregão Eletrônico:

Dia: 16/07/2025

Horário: 10h00 (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Código UASG: 926458

Seção I – Do Objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista com cobertura do risco de inadimplência de empréstimo consignado em decorrência da morte de participantes e/ou assistidos do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Dos Recursos Orçamentários

2.1. Os valores dos prêmios de seguro serão custeados pelos tomadores de empréstimos através de Taxa de Quitação por Morte (TQM). Assim, para esta contratação não existe valor alocado no orçamento.

3. Do Credenciamento

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no Sicaf deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Funpresp-Jud, enquanto promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. Da Participação no Pregão

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei 14.133, de 1º/4/2021.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos

demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123/2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. Do Preenchimento da Proposta

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do Anexo II - Proposta de Preços, que deverá ser anexado ao sistema.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a futura Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Funpresp-Jud por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor ou percentual estimado total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em

relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006, regulamentada pelo Decreto 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 71 do Rile da Funpresp-Jud.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat

pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao orçamento estimado para a contratação, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços que evidenciem a prática de valor irrisório ou que comprometa a viabilidade da execução contratual.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. Da Habilitação

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Sicaf;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares,

dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP 3/2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º/5/1943;

9.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar 123/2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto 8.538/2015.

9.13. Qualificação Econômico-Financeira.

9.13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto 8.538/2015);

9.13.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato social/estatuto social.

9.13.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. Qualificação Técnica:

9.14.1. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

9.14.1.1. Comprovar que está devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) como sociedade seguradora autorizada a operar no ramo de seguros de pessoas, conforme estabelecido na Resolução CNSP 439, de 4/7/2022, e na Circular SUSEP 667, de 4/7/2022. Adicionalmente, deverá apresentar:

a) Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP, atestando que não possui pendências cadastrais e que está em situação regular perante o órgão regulador; e

b) Notas Técnicas Atuariais dos produtos a serem ofertados, devidamente registradas na SUSEP, acompanhadas dos respectivos números de processo de aprovação.

9.14.2. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) sua experiência na cobertura do risco de inadimplência de empréstimos em consignação, em decorrência da morte do tomador do empréstimo.

9.14.3. Apresentar declaração formal, assinada por seus representantes legais, afirmando que:

a) Está regularmente autorizada a operar os ramos em questão;

b) Não está sob intervenção, liquidação, direção fiscal ou outro regime especial;

c) Não há impedimentos operacionais junto à SUSEP ou processos que comprometam sua solvência.

9.14.4. Apresentar comprovação de solvência, através de:

a) Cópia do último Demonstrativo de Capital Mínimo Requerido (CMR) e Margem de Solvência, ou

b) Comprovação de suficiência de capital via Demonstrações Contábeis auditadas (último balanço).

9.14.5. Apresentar declaração de que possui estrutura e pessoal técnico adequado para a realização do

objeto desta licitação.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Funpresp-Jud, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. Do Encaminhamento da Proposta Vencedora

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser de acordo com o Modelo de Proposta de Preços, Anexo II deste Edital.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a futura fornecedora.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. Dos Recursos

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse

direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. Da Reabertura da Sessão Pública

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sicaf, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. Da Adjudicação e Homologação

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. Da Garantia de Execução

14.1. Será exigida uma garantia da contratação, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo mensal, multiplicado por 60 (sessenta) meses de duração do contrato, conforme previsto no artigo 114 do RILC, e nas condições especificadas nas cláusulas contratuais.

14.2. Caso a empresa adjudicatária opte pelo seguro-garantia, terá um prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de homologação da licitação, para apresentar a apólice.

14.3. A garantia, nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

14.4. O Contrato fornecerá um detalhamento completo das regras aplicáveis à prestação da garantia, devendo ser consultado para garantir o cumprimento de todas as exigências e condições estipuladas.

15. Do Contrato ou Instrumento Equivalente

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. Convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. Previamente à contratação a Funpresp-Jud realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

15.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no Sicaf, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Funpresp-Jud, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. Do Reajustamento em Sentido Geral

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, quando couber, são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. Do Recebimento do Objeto e da Fiscalização

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital e no Título V - Contratos, Capítulo III - Gestão e Fiscalização dos Contratos, do Rilec.

18. Das Obrigações da Contratante e da Contratada

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. Do Pagamento

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e Contrato ou Instrumento Equivalente, ambos anexados a este Edital.

20. Das Sanções Administrativas

20.1. Comete infração administrativa, além das hipóteses previstas no art. 158 do Rilec, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. apresentar documentação falsa;
- 20.1.2. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.4. cometer fraude fiscal.

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência;
- 20.3.2. Multa na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 20.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Funpresp-Jud poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, nos termos do art. 62, § 3º, da Lei 13.303/2016.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Funpresp-Jud, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento

21.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail geafi@funprespjud.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SCN Quadra 4, Edifício Varig - Torre Sul, Bloco B, 8º Andar, Sala 803, Asa

Norte, Brasília/DF, CEP: 70.714-020, Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Funpresp-Jud.

22. Das Disposições Gerais

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Funpresp-Jud, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Funpresp-Jud não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Funpresp-Jud.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.funprespjud.com.br/licitacoes/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SCN Quadra 4, Edifício Varig - Torre Sul, Bloco B, 8º Andar, Sala 803, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.714-020, nos dias úteis, no horário das 10 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

22.12.2. ANEXO II - Proposta de Preços

22.12.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

22.12.4. ANEXO IV - Regulamento



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Martins Garcia, Diretor**, em 01/07/2025, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.funpresjud.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0135863** e o código CRC **BE04F777**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista com cobertura do risco de inadimplência de empréstimo consignado em decorrência da morte de participantes e/ou assistidos do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), criada por meio da Resolução STF 496, de 25/10/2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, está estruturando as operações de empréstimos aos participantes.

2.2. A concessão de empréstimos aos participantes está prevista na Resolução CMN 4.994, de 24/3/2022 (e alterações posteriores), que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

2.3. No dia 18/1/2021, a Diretoria Executiva (DIREX) apreciou a matéria que lhe foi submetida por meio da Nota Técnica SEI 0024362, de 15/1/2021, relacionada aos parâmetros para concessão de empréstimos aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios JusMP-Prev.

2.4. Na oportunidade, além dos parâmetros de concessão, foram apresentadas à DIREX as contratações relacionadas ao processo de implementação das operações de empréstimos.

2.5. A contratação do serviço de seguro prestamista para cobertura do risco de inadimplência de empréstimo em consignação em decorrência da morte de participantes e assistidos do Plano de Benefícios JusMP-Prev está prevista no processo de estruturação das operações de empréstimos, nos termos cientificados à DIREX na reunião do Colegiado ocorrida no dia 18/1/2021 e Nota Técnica GEABE 0024362.

2.6. A previsão de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos do Plano JusMP-Prev consta na política de investimentos Funpresp-Jud quadriênio 2025-2029, conforme disposto no segmento de aplicação “Operações com participantes”.

2.7. Ainda, a contratação do serviço de seguro prestamista para as operações de empréstimos será custeada pelos recursos advindos da Taxa de Quitação por Morte (TQM) cobrada dos solicitantes no ato de concessão dos empréstimos.

2.8. A carteira de empréstimo encontra-se em fase de implementação, portanto as obrigações firmadas entre a contratante e a contratada serão exercidas a partir do início das operações quando da concessão de empréstimos.

2.9. Conforme estudos prévios feitos pela Funpresp-Jud, considerando as regras de elegibilidade constante no Regulamento de Empréstimos e normas específicas aprovadas pela Diretoria Executiva estimasse que 26.594^[1] participantes do Plano, data-base de 30/9/2024, serão elegíveis a contratação de empréstimos quando da abertura da carteira, dos quais acredita-se que 129 podem contratar empréstimos nos primeiros meses. O público elegível é composto por Membros e Servidores públicos com idade média de 41 anos.

2.10. As estimativas citadas neste Termo de Referência foram produzidas com base nos dados constantes da planilha em Anexo “Base de Participantes” a qual deverá ser apensada ao Termo de Referência, para servir como insumo na produção das propostas a serem apresentadas pelos participantes desse certame.

2.11. Considerando os recursos garantidores do Plano posicionado em 31/10/2024, inicialmente, o valor total de recursos a ser disponibilizado para concessão de empréstimos é de até R\$ 174.676.288,24 (cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), valor equivalente a 4,30% dos Recursos Garantidores do plano (patrimônio de cobertura do plano), percentual estabelecido na Política de Investimentos 2025-2029. Esse montante crescerá gradativamente, mês a mês, com o recebimento das contribuições mensais pagas pelos participantes e com o aumento do número de participantes.

2.12. A disponibilização do montante citado no item anterior não implica dizer que ele será consumido integralmente, uma vez que a carteira de empréstimos ainda será lançada e as operações de concessão evoluirão paulatinamente, conforme os acordos firmados entre os patrocinadores e a Fundação, bem como dependerá do interesse dos participantes em contratar o empréstimo.

2.13. Atualmente a estimativa do valor máximo de empréstimo que poderia ser concedido ao participante do plano que possui maior saldo de reserva, considerando a data-base de 30/9/2024, seria de R\$ 554.507,35, considerando que o participante utilizasse o máximo possível de sua margem consignável (R\$ 15.402,98 - também estimado, dado que essa informação é fornecida pelo patrocinador), pelo máximo possível (36 meses). Cabe destacar que, conforme informações a seguir, são poucos os participantes que teriam saldo de conta ou margem consignável suficiente para contratação de empréstimo próximos a esse montante.

2.14. O valor passível de concessão aos participantes corresponderá a 70% (setenta por cento) de sua reserva resgatável, estando limitado ao valor da margem consignável. É importante ressaltar que, ao considerar a divisão em faixas de valores máximos de empréstimos passíveis de concessão, aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) dos participantes estariam enquadrados em faixas que variam de R\$ 4.000,00 (quatro mil) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme tabela a seguir:

Valor máximo de empréstimo concedido por participante			
DE	ATE	Nº de participantes	%
R\$ 4.000,00	R\$ 20.000,00	7.981	30,01%
R\$ 20.000,01	R\$ 50.000,00	9.423	35,43%
R\$ 50.000,01	R\$ 80.000,00	3.913	14,71%
R\$ 80.000,01	R\$ 100.000,00	1.814	6,82%
R\$ 100.000,01	R\$ 150.000,00	2.107	7,92%
R\$ 150.000,01	R\$ 200.000,00	929	3,49%
R\$ 200.000,01	R\$ 300.000,00	333	1,25%
R\$ 300.000,01	R\$ 350.000,00	58	0,22%
R\$ 350.000,01	R\$ 400.000,00	17	0,06%
R\$ 400.000,01	R\$ 554.507,40	19	0,07%
26.594			

Fonte: GEABE, data-base de 30/9/2024.

2.15. A disponibilidade da concessão de empréstimo aos participantes elegíveis estará condicionada também à aceitação e à habilitação da Funpresp-Jud pelos Patrocinadores como consignatária de folha de pagamento. Portanto a expansão do número de concessões da carteira de empréstimo se dará gradativamente à medida que houver convênio entre os patrocinadores e a Fundação.

2.16. As principais condições e requisitos para contratação de empréstimo consignado da Funpresp-Jud são as que seguem:

I. Poderão contratar empréstimo consignado:

- a) participantes que tenham, no mínimo, 12 (doze) contribuições mensais consecutivas pagas ao Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud;
- b) assistidos que tenham, no mínimo, 12 (doze) meses de filiação ao Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud;
- c) participantes e assistidos que tenham saldo de reserva individual com valor igual ou superior ao valor mínimo do empréstimo, observando-se regra que estabelece o valor máximo do empréstimo;
- d) participantes que tenham remuneração na folha de pagamento do patrocinador e disponibilidade de margem consignável;
- e) assistidos com benefício na folha de pagamento processada pela Funpresp-Jud, com prazo máximo de concessão limitado ao tempo de recebimento do referido benefício (expectativa de vida ou maioridade);
- f) participantes e assistidos que não estejam inadimplentes em relação a empréstimos e/ou contribuições perante a Funpresp-Jud;
- g) participantes e assistidos que não estejam em litígio judicial contra a Funpresp-Jud;
- h) participantes que mantenham vínculo com o patrocinador;
- i) participantes ou assistidos que se enquadrem nas regras estabelecidas na apólice de seguro prestamista;

II. não poderão contratar empréstimo consignado os participantes ou assistidos que estejam, no momento da solicitação, enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir:

- a) sem remuneração no âmbito da folha de pagamento do patrocinador, no caso de participante;
- b) sem benefício no âmbito da folha de pagamento processada pela Funpresp-Jud, no caso de assistido;
- c) inadimplentes em relação a outros empréstimos e/ou contribuições perante a Funpresp-Jud;
- d) em litígio judicial junto à Funpresp-Jud;
- e) nas hipóteses de perda de vínculo com o patrocinador.

III. outros parâmetros a serem observados:

- a) a contratação do empréstimo ocorrerá via portal do participante, disponibilizado pela Funpresp-Jud;
- b) A aprovação da solicitação de concessão de empréstimo estará sujeita à análise prévia da Funpresp-Jud;
- b) será concedido 1 (um) contrato por participante;

c) a concessão do empréstimo estará condicionada à consignação das prestações mensais em folha de pagamento do patrocinador, para o participante ativo, ou folha de benefícios da Funpresp-Jud, para o assistido;

d) A data de vencimento da prestação de empréstimo será definida pela Diretoria Executiva, considerando o mês de competência e as datas de fechamento das folhas de pagamento dos patrocinadores e da Funpresp-Jud, e deverá constar expressamente no CONTRATO;

e) Na hipótese de cessação do vínculo do participante com o patrocinador, a Funpresp-Jud estará autorizada a utilizar a reserva individual acumulada pelo participante para quitação e/ou amortização do saldo devedor do empréstimo;

IV. O contrato de empréstimo será rescindido e a dívida, imediata e antecipadamente, exigida nos seguintes casos:

a) inadimplemento de 3 (três) parcelas no intervalo de 12 (doze) meses;

b) inadimplemento de uma parcela por mais de 90 (noventa) dias;

c) opção pelo instituto da portabilidade;

d) opção pelo instituto do resgate;

e) descumprimento de cláusulas do contrato de empréstimo;

f) perda do vínculo entre participante e patrocinador;

g) morte do mutuário.

3. OBJETIVO

3.1. O objetivo deste Termo de Referência é a contratação de um seguro que acoberte os eventos de morte e garanta a quitação do saldo devedor de empréstimos contraídos junto à Funpresp-Jud, pelos participantes e assistidos do Plano de benefícios JusMP-Prev.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. RISCOS COBERTOS

I. Para fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos evento diretamente externo, acidental, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, observando-se, que o suicídio, será equiparado, para fins de pagamento de indenização, a acidente pessoal; durante o período de cobertura equivalente ao prazo de pagamento do empréstimo definido pelo participante que será limitado a 36 (trinta e seis meses).

II. A cobertura do objeto a ser suportado pela seguradora é a indenização por morte, que corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo devedor do segurado no momento da ocorrência do sinistro.

4.2. SEGURADOS ELEGÍVEIS

I. Serão segurados elegíveis os participantes e assistidos dos Plano JusMP-Prev que tenham contratado empréstimos junto a Fundação, sendo dispensada a necessidade de preenchimento de Declaração Pessoal de Saúde e Atividade.

II. A elegibilidade será automática e vinculada à contratação do empréstimo, sem necessidade de formalização adicional pelo participante.

4.3. BENEFICIÁRIO

I. Considera-se beneficiária do seguro a Funpresp-Jud a qual é designada e detém exclusividade para receber a indenização, na hipótese de ocorrência do sinistro.

4.4. CAPITAL SEGURADO

I. O capital assegurado equivale ao valor máximo do saldo devedor de empréstimo obtido e evoluído mensalmente segundo as regras do contrato de empréstimo, para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.

4.5. CÁLCULO DO PRÊMIO

I. O Prêmio para cobertura do risco de morte é individual, com taxa única e indiferenciada por faixa etária e sexo, aplicada sobre o saldo devedor inicial de cada operação de empréstimo, em percentual incidente unicamente sobre o saldo inicial devedor do empréstimo consignado em cada operação de empréstimo concedido pela Funpresp-Jud (“na cabeça do contrato de empréstimo”).

II. Assim, no processo de pregão eletrônico será considerada vencedora, dentre as interessadas a entidade seguradora que ofertar a menor taxa de prêmio em termos percentuais a incidir sobre o saldo devedor inicial de

cada operação de empréstimo.

4.6. PROCEDIMENTOS PARA CASO DE SINISTRO

- I. Ocorrendo um sinistro que possa acarretar a responsabilidade da Seguradora, o mesmo deverá ser comunicado pela Funpresp-Jud, em formulário próprio de Aviso de Sinistro.
- II. A contratada deverá efetuar a indenização de acordo com as regras a serem estabelecidas em contrato com a Funpresp-Jud.
- III. O valor da indenização é aquele efetivamente informado pela Fundação, que corresponderá ao saldo devedor total do empréstimo do participante, vigente na data em que for reconhecido pela Funpresp-Jud o evento do sinistro.
- IV. Havendo a comunicação pela Funpresp-Jud, a indenização será devida automaticamente, não sendo admissível à seguradora suscitar dúvidas ou questionamentos nem impor qualquer óbice à concessão da indenização da cobertura contratada. Não há que se falar, ainda, em riscos excluídos ou ressalvas semelhantes, muito menos em carência, uma vez que todos os requisitos de elegibilidade à concessão de empréstimo são aqueles previstos no Regulamento de empréstimos, cuja avaliação compete única e exclusivamente à FUNPRESP-JUD.

4.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- I. A licitante deverá comprovar que está devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) como sociedade seguradora autorizada a operar no ramo de seguros de pessoas, conforme estabelecido na Resolução CNSP 439, de 4/7/2022, e na Circular SUSEP 667, de 4/7/2022. Adicionalmente, deverá apresentar:
 - a) **Certidão de Regularidade** emitida pela SUSEP, atestando que não possui pendências cadastrais e que está em situação regular perante o órgão regulador; e
 - b) **Notas Técnicas Atuariais** dos produtos a serem ofertados, devidamente registradas na SUSEP, acompanhadas dos respectivos números de processo de aprovação.
- II. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) sua experiência na cobertura do risco de inadimplência de empréstimos em consignação, em decorrência da morte do tomador do empréstimo.
- III. A licitante deverá apresentar declaração formal, assinada por seus representantes legais, afirmando que:
 - a) Está regularmente autorizada a operar os ramos em questão;
 - b) Não está sob intervenção, liquidação, direção fiscal ou outro regime especial;
 - c) Não há impedimentos operacionais junto à SUSEP ou processos que comprometam sua solvência.
- IV. A licitante deverá apresentar comprovação de solvência, através de:
 - a) Cópia do último Demonstrativo de Capital Mínimo Requerido (CMR) e Margem de Solvência, ou
 - b) Comprovação de suficiência de capital via Demonstrações Contábeis auditadas (último balanço).
- V. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s).
- VI. A licitante deverá apresentar declaração de que possui estrutura e pessoal técnico adequado para a realização do objeto desta licitação.

5. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – CUSTOS ESTIMADOS

- 5.1. A contratação objeto deste Termo de Referência apresenta como parâmetro de aceitabilidade uma taxa mensal máxima de 0,01706% (zero vírgula zero um sete zero seis por cento), a ser aplicada para fins de definição do preço de referência. Assim, o valor máximo mensal aceitável na Proposta de Preços (Anexo II do Edital) é de R\$ 29.799,77 (vinte e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos).
- 5.2. A fim de subsidiar a base de cálculo, informamos que o valor máximo disponível de taxa mensal para empréstimos consignados, será de 0,01706% (zero vírgula zero um sete zero seis por cento), sobre o valor máximo estimado disponível da carteira de empréstimo que, considerando a data-base de 31/10/2024, é aproximadamente de R\$ 174.676.288,24 cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e seis mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), ou seja, R\$ 29.799,77 (vinte e nove mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos), sendo que o valor máximo do objeto contratado será o obtido através da menor taxa mensal aplicada.

Especificação	Valor Estimado Mensal* ^[2]	Valor máximo estimado (Capital Segurado)	Percentual Máximo da Taxa de Seguro Mensal
Contratação de Seguro Prestamista	R\$ 29.799,77	R\$ 174.676.288,24	0,01706%

5.3. A taxa de seguro calculada deverá levar em consideração a estimativa do prazo máximo de pagamento do empréstimo que será 36 (trinta e seis) meses para a obtenção do valor do prêmio total estimado (que será cobrado inteiramente na concessão do empréstimo). A fim de facilitar a elaboração da proposta de preço, seguem exemplos dos valores pretendidos considerando a taxa de seguro estimada aplicada a todas as prestações do contato:

Exemplo 1: Concessão do valor total da Carteira	
A) Valor do Empréstimo Concedido (capital assegurado)	R\$ 174.676.288,24
B) Taxa de Seguro	0,01706%
C) Valor do prêmio (A x B)	R\$ 29.799,77
D) Valor do prêmio total para 36 meses (C x D)	R\$ 1.072.791,89

Exemplo 2: Concessão de um empréstimo de R\$ 10.000,00	
A) Valor do Empréstimo Concedido (capital assegurado)	R\$ 10.000,00
B) Taxa de Seguro	0,01706%
C) Valor do prêmio (A x B)	R\$ 1,71
D) Valor do prêmio total para 36 meses (C x D)	R\$ 61,42

Exemplo 3: Concessão de um empréstimo de R\$ 150.000,00	
A- Valor do Empréstimo Concedido (capital assegurado)	R\$ 150.000,00
B - Taxa de Seguro	0,01706%
C- Valor do prêmio (A x B)	R\$ 25,59
D -Valor do prêmio total para 36 meses (C x D)	R\$ 921,24

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os valores dos prêmios de seguro serão custeados pelos tomadores de empréstimos através de Taxa de Quitação por Morte (TQM). Assim, para esta contratação não existe valor alocado no orçamento.

7. FUNDAMENTO LEGAL

7.1. A presente contratação está fundamentada no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Rilc) da Funpresp-Jud, disponível no endereço eletrônico https://www.funprespjud.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Resolucao_CD-6-2023_anexo.pdf, que institui normas para licitações e contratos da Funpresp-Jud, além de outras providências e na Leis 13.303/2016.

8. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

8.1. Em relação a presente contratação, não será possível a utilização do *Comprasnet*.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e do Contrato, de sua proposta e das normas técnicas em vigor, com a alocação dos empregados necessários ao exato cumprimento das cláusulas contratuais,

além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes ao perfeito cumprimento da execução do objeto contratual.

9.2. Efetuar os pagamentos de todas as indenizações de seguro devidas, nos prazos estabelecidos no Contrato a ser pactuado entre as partes, valendo o comprovante de depósito ou transferência de recursos como quitação da obrigação de pagamento.

9.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4. Solucionar as demandas da Funpresp-Jud no prazo de até 3 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias, quando for o caso.

9.5. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados à Funpresp-Jud, por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução dos serviços, desde que tenha comprovadamente agido com dolo ou culpa.

9.6. Comunicar à Funpresp-Jud, com a maior brevidade possível e por escrito, aceitando-se o meio eletrônico, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Funpresp-Jud.

9.7. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, equipamentos, seguros operacionais, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

9.8. Sujeitar-se à fiscalização por parte da Funpresp-Jud ou por terceiros por ela autorizados em relação à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência de Referência e do Contrato a ser pactuado entre as partes, desde que respeitado o sigilo bancário e o dever de confidencialidade.

9.9. Indicar formalmente o responsável pela execução dos serviços, que será a pessoa de contato entre a Contratada e a fiscalização da Funpresp-Jud.

9.10. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Funpresp-Jud ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante ou por algum órgão/entidade que tenha competência para tanto, em conformidade com o disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Rilc) da Funpresp-Jud.

9.12. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Contratante.

9.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados.

9.14. Dar ciência ao fiscal do contrato, imediatamente e por escrito ou mensagem eletrônica, qualquer anormalidade ou irregularidade verificada na execução dos serviços.

9.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato a ser pactuado entre as partes.

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, nos termos do Rilc e demais legislações aplicáveis.

9.20. A Contratada, na qualidade de segurança responsável pela execução do contrato, poderá subcontratar corretora de seguros para a realização de serviços operacionais, administrativos de apoio e intermediação interveniente, tais como: emissão de boletos de cobrança e gestão de negócios mensais; processamento e acompanhamento de sinistros; elaboração de relatórios de conciliação financeira; atendimento e suporte aos seguros no dia a dia operacional; outras atividades administrativas correlatas que não interfiram na essência do objeto contratado.

9.21. A subcontratação mencionada no item anterior não exime a Contratada de sua total responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto principal deste contrato, consistente na manutenção e gestão do seguro contratado, conforme os termos e condições estipulados.

9.22. A relação contratual entre a Contratada e a subcontratada não gera qualquer vínculo com a Contratante, sendo a Contratada exclusivamente responsável pelos atos, omissões, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e

quaisquer outros decorrentes da subcontratação.

9.23. A Contratada deverá garantir que a subcontratada atue em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor de seguros e corretagem, incluindo aquelas determinadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

9.24. A Contratada deverá comunicar formalmente ao Contratante a intenção de subcontratar, apresentando os dados da corretora e os serviços a serem realizados, para fins de análise e aprovação, não cabendo ao Contratante qualquer ônus ou responsabilidade decorrente da subcontratação.

9.25. A contratada fica obrigada a cumprir as regras de tratamento de dados impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018, considerando que terá acesso a dados pessoais e sensíveis dos participantes e assistidos que realizarem a contratação do seguro prestamista e também para execução do processo de pagamento do sinistro.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do objeto, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

10.2. Fornece todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços contratados ou bens adquiridos.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e/ou os termos de sua proposta.

10.4. Exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data da ocorrência e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. Zelar para que durante toda a prestação do serviço sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação junto à Contratante.

10.6. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto e a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições previamente estabelecidas no Contrato a ser pactuado entre as partes.

10.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

11. DA DISPENSABILIDADE DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Pela natureza dos serviços a serem prestados ou produtos a serem adquiridos, será exigida a formalização contratual do fornecimento do objeto.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Funpresp-Jud, sempre até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada ou outro meio convencionado entre as partes.

12.2. A apresentação de nota fiscal/fatura deverá ocorrer até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à prestação dos serviços.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

12.4. Não haverá exigência de pagamento de valor mínimo de fatura, uma vez que o seguro será custeado integralmente com o valor descontado de cada participante no momento da concessão do empréstimo, dependendo, portanto, da ocorrência de operações.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do pactuado, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, fraude e inadimplemento contratual a Contratante poderá, garantida a prévia oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, aplicar as seguintes sanções previstas nos arts. 158 a 168, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Rile) da Funpresp-Jud:

I. Advertência;

II. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Funpresp-Jud, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento.

14. DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA E À PROPOSTA DO CONTRATADO

14.1. Para o bom e fiel cumprimento dos itens constantes neste instrumento, tanto a Contratante como a Contratada, estão vinculadas a este Termo de Referência e à proposta da Contratada, nos termos do art. 105, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Rilc) da Funpresp-Jud.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

^[1] A base de participantes elegíveis estará totalmente apta a solicitar empréstimos na medida em que haja a formalização do termo de compromisso entre a Fundação e os Patrocinadores, procedimento que depende da autorização de cada um destes.

^[2] O valor de R\$ 29.799,77 equivale a 0,01706% do valor máximo estimado a ser disponibilizado para empréstimos consignados, sendo que o lance deverá ser ofertado em cima deste valor e posteriormente convertido em taxa.

ANEXO II - Modelo de PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____ para a contratação dos serviços abaixo, relacionados ao Pregão Funpresp-Jud nº 07/2025.

Dados do Proponente (Seguradora)	
Nome do Representante	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço Completo	
Telefones	
E-mail	
Validade da Proposta (mín. 60 dias)	

Especificação	Valor Estimado Mensal (A=B*C)	Valor máximo estimado (Capital Segurado) (B) valor fixo	Percentual Máximo da Taxa de Seguro Mensal (C)
Contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista com cobertura do risco de inadimplência de empréstimo consignado em decorrência da morte de participantes e/ou assistidos do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).	R\$ XXXXX	R\$ 174.676.288,24	X,XXXX%

Declaro que no preço cotado estão incluídas todas as despesas que, direta e indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quais outros que incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a prestar os serviços no prazo determinado no documento de convocação.

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO
PODER JUDICIÁRIO - FUNPRESP-
JUD E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO – FUNPRESP-JUD, situada no SCN Quadra 4, Edifício Varig - Torre Sul, Bloco B, 8º Andar, Sala 803, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.714-020, inscrita no CNPJ nº 18.465.825/0001-47, representada neste ato por MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA, Diretor de Administração, portador da Cédula de Identidade nº. 2.743.065 – SSP/DF e do CPF nº. 289.278.851-04, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº.XXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Representante Legal, portador(a) da Cédula de Identidade nº. XXXXXXXXXXXX e do CPF nº. XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, doravante “Contrato”, sujeitando-se às suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista com cobertura do risco de inadimplência de empréstimo consignado em decorrência da morte de participantes e/ou assistidos do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Contrato é celebrado em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Jud (Rilc) e, subsidiariamente, com a Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no que couber, bem como demais legislações pertinentes.

2.2. As partes declaram ter pleno conhecimento e concordância com as disposições legais aplicáveis, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações e responsabilidades previstas na legislação mencionada.

2.3. Fica acordado entre as partes que qualquer alteração na legislação que afete diretamente o objeto deste Contrato poderá implicar em ajustes contratuais, desde que devidamente fundamentados e em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL E DO CONSUMIDOR

3.1. A CONTRATADA é responsável civilmente pelos vícios e/ou defeitos aprese ntados nos produtos e/ou serviços fornecidos, devendo reparar, substituir ou reembolsar os valores pagos pela CONTRATANTE, conforme estabelecido na legislação consumerista aplicável.

3.2. Em caso de ocorrência de vício ou defeito nos produtos fornecidos ou nos serviços prestados, a CONTRATANTE deverá informar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, descrevendo detalhadamente a situação e os problemas identificados.

3.3. A CONTRATADA obriga-se a adotar as medidas necessárias para sanar os vícios e/ou defeitos apresentados nos produtos e/ou serviços dentro de um prazo razoável, de acordo com a gravidade e natureza do problema, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.4. Caso a CONTRATADA não adote as providências necessárias para a correção dos vícios e/ou defeitos de forma tempestiva ou não cumpra suas obrigações de reparação, substituição ou reembolso, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, rescindir o Contrato, exigir a restituição dos valores pagos e/ou buscar indenização por eventuais danos sofridos.

3.5. Fica ressalvado que a responsabilidade da CONTRATADA fica limitada ao valor total do Contrato, não sendo responsável por eventuais danos indiretos, lucros cessantes, perdas de negócios, entre outros prejuízos não diretamente

relacionados aos vícios e/ou defeitos apresentados nos serviços.

3.6. A CONTRATANTE reconhece que as garantias oferecidas pela CONTRATADA estão restritas às especificações do serviço, conforme detalhado no instrumento convocatório ou nas especificações do Contrato.

3.7. As partes concordam que esta cláusula não prejudica os direitos e garantias previstos na legislação consumerista aplicável, que serão integralmente observados em caso de conflito ou divergência.

CLÁUSULA QUARTA: DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

4.1. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e concordância com o instrumento convocatório, que consiste no Edital Funpresp-Jud nº 25/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 07/2025, incluindo todos os seus anexos e eventuais retificações.

4.2. O presente Contrato está vinculado integralmente ao instrumento convocatório mencionado na cláusula 4.1 e todas as suas cláusulas, condições e obrigações previstas nele são parte integrante deste contrato.

4.3. Em caso de qualquer divergência ou contradição entre as cláusulas deste Contrato e as cláusulas do instrumento convocatório, prevalecerão as disposições do instrumento convocatório, salvo se expressamente alteradas e devidamente formalizadas mediante Termo Aditivo.

4.4. A CONTRATADA compromete-se a cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no instrumento convocatório, bem como a respeitar todas as regras e condições ali previstas, responsabilizando-se por quaisquer consequências decorrentes do descumprimento ou violação dessas obrigações.

4.5. As Partes reconhecem que eventuais alterações no instrumento convocatório realizadas por força de retificações, impugnações ou esclarecimentos não poderão ser consideradas válidas ou aplicáveis se não devidamente formalizadas mediante Termo Aditivo ao presente Contrato.

4.6. A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalizar e auditar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA de acordo com as disposições do instrumento convocatório, podendo solicitar a apresentação de documentos, registros, relatórios e demais informações necessárias para esse fim.

CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O regime de execução do objeto deste Contrato preço global.

5.2. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a prestação de serviços adicionais relacionados ao objeto deste Contrato, desde que observados os procedimentos previstos na legislação aplicável, as condições estabelecidas neste Contrato e mediante a celebração de Termo Aditivo específico.

5.3. CONTRATADA obriga-se a fornecer todos os materiais, equipamentos, mão de obra, tecnologia e demais recursos necessários para a execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos neste Contrato.

5.4. Fica estabelecido que a CONTRATADA será responsável pela qualidade, conformidade e integridade da execução do objeto deste Contrato, garantindo que esteja de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis, assumindo os ônus e riscos da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. RISCOS COBERTOS

I. Para fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos evento diretamente externo, acidental, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, observando-se, que o suicídio, será equiparado, para fins de pagamento de indenização, a acidente pessoal; durante o período de cobertura equivalente ao prazo de pagamento do empréstimo definido pelo participante que será limitado a 36 (trinta e seis meses).

II. A cobertura do objeto a ser suportado pela seguradora é a indenização por morte, que corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo devedor do segurado no momento da ocorrência do sinistro.

6.2. SEGURADOS ELEGÍVEIS

I. Serão segurados elegíveis os participantes e assistidos dos Plano JusMP-Prev que tenham contratado empréstimos junto a Fundação, sendo dispensada a necessidade de preenchimento de Declaração Pessoal de Saúde e Atividade.

II. A elegibilidade será automática e vinculada à contratação do empréstimo, sem necessidade de formalização adicional pelo participante.

6.3. BENEFICIÁRIO

I. Considera-se beneficiária do seguro a Funpresp-Jud a qual é designada e detém exclusividade para receber a indenização, na hipótese de ocorrência do sinistro.

6.4. CAPITAL SEGURADO

I. O capital assegurado equivale ao valor máximo do saldo devedor de empréstimo obtido e evoluído mensalmente segundo as regras do contrato de empréstimo, para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.

6.5. CÁLCULO DO PRÊMIO

I. O Prêmio para cobertura do risco de morte é individual, com taxa única e indiferenciada por faixa etária e sexo, aplicada sobre o saldo devedor inicial de cada operação de empréstimo, em percentual incidente unicamente sobre o saldo inicial devedor do empréstimo consignado em cada operação de empréstimo concedido pela Funpresp-Jud (“na cabeça do contrato de empréstimo”).

II. Assim, no processo de pregão eletrônico será considerada vencedora, dentre as interessadas a entidade seguradora que ofertar a menor taxa de prêmio em termos percentuais a incidir sobre o saldo devedor inicial de cada operação de empréstimo.

6.6. PROCEDIMENTOS PARA CASO DE SINISTRO

I. Ocorrendo um sinistro que possa acarretar a responsabilidade da Seguradora, o mesmo deverá ser comunicado pela Funpresp-Jud, em formulário próprio de Aviso de Sinistro.

II. A contratada deverá efetuar a indenização de acordo com as regras a serem estabelecidas em contrato com a Funpresp-Jud.

III. O valor da indenização é aquele efetivamente informado pela Fundação, que corresponderá ao saldo devedor total do empréstimo do participante, vigente na data em que for reconhecido pela Funpresp-Jud o evento do sinistro.

IV. Havendo a comunicação pela Funpresp-Jud, a indenização será devida automaticamente, não sendo admissível à seguradora suscitar dúvidas ou questionamentos nem impor qualquer óbice à concessão da indenização da cobertura contratada. Não há que se falar, ainda, em riscos excluídos ou ressalvas semelhantes, muito menos em carência, uma vez que todos os requisitos de elegibilidade à concessão de empréstimo são aqueles previstos no Regulamento de empréstimos, cuja avaliação compete única e exclusivamente à FUNPRES-PJUD.

6.7. CONDIÇÕES E REQUISITOS

6.7.1. As principais condições e requisitos para contratação de empréstimo consignado da Funpresp-Jud são as que seguem:

I. Poderão contratar empréstimo consignado:

- a) participantes que tenham, no mínimo, 12 (doze) contribuições mensais consecutivas pagas ao Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud;
- b) assistidos que tenham, no mínimo, 12 (doze) meses de filiação ao Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud;
- c) participantes e assistidos que tenham saldo de reserva individual com valor igual ou superior ao valor mínimo do empréstimo, observando-se regra que estabelece o valor máximo do empréstimo;
- d) participantes que tenham remuneração na folha de pagamento do patrocinador e disponibilidade de margem consignável;
- e) assistidos com benefício na folha de pagamento processada pela Funpresp-Jud, com prazo máximo de concessão limitado ao tempo de recebimento do referido benefício (expectativa de vida ou maioridade);
- f) participantes e assistidos que não estejam inadimplentes em relação a empréstimos e/ou contribuições perante a Funpresp-Jud;
- g) participantes e assistidos que não estejam em litígio judicial contra a Funpresp-Jud;
- h) participantes que mantenham vínculo com o patrocinador;
- i) participantes ou assistidos que se enquadrem nas regras estabelecidas na apólice de seguro prestamista;

II. não poderão contratar empréstimo consignado os participantes ou assistidos que estejam, no momento da solicitação, enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir:

- a) sem remuneração no âmbito da folha de pagamento do patrocinador, no caso de participante;
- b) sem benefício no âmbito da folha de pagamento processada pela Funpresp-Jud, no caso de assistido;
- c) inadimplentes em relação a outros empréstimos e/ou contribuições perante a Funpresp-Jud;
- d) em litígio judicial junto à Funpresp-Jud;

e) nas hipóteses de perda de vínculo com o patrocinador.

III. outros parâmetros a serem observados:

- a) a contratação do empréstimo ocorrerá via portal do participante, disponibilizado pela Funpresp-Jud;
- b) A aprovação da solicitação de concessão de empréstimo estará sujeita à análise prévia da Funpresp-Jud;
- b) será concedido 1 (um) contrato por participante;
- c) a concessão do empréstimo estará condicionada à consignação das prestações mensais em folha de pagamento do patrocinador, para o participante ativo, ou folha de benefícios da Funpresp-Jud, para o assistido;
- d) A data de vencimento da prestação de empréstimo será definida pela Diretoria Executiva, considerando o mês de competência e as datas de fechamento das folhas de pagamento dos patrocinadores e da Funpresp-Jud, e deverá constar expressamente no CONTRATO;
- e) Na hipótese de cessação do vínculo do participante com o patrocinador, a Funpresp-Jud estará autorizada a utilizar a reserva individual acumulada pelo participante para quitação e/ou amortização do saldo devedor do empréstimo;

IV. O contrato de empréstimo será rescindido e a dívida, imediata e antecipadamente, exigida nos seguintes casos:

- a) inadimplemento de 3 (três) parcelas no intervalo de 12 (doze) meses;
- b) inadimplemento de uma parcela por mais de 90 (noventa) dias;
- c) opção pelo instituto da portabilidade;
- d) opção pelo instituto do resgate;
- e) descumprimento de cláusulas do contrato de empréstimo;
- f) perda do vínculo entre participante e patrocinador;
- g) morte do mutuário.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da sua assinatura.

7.2. A vigência deste Contrato será regulada pelo art. 71 da Lei 13.303, de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os valores dos prêmios de seguro serão custeados pelos tomadores de empréstimos através de Taxa de Quitação por Morte (TQM). Assim, para esta contratação, não existe valor alocado no orçamento.

CLÁUSULA NONA: DO VALOR E DO PAGAMENTO

9.1. O presente Contrato prevê a cobrança de prêmio mensal, cujo valor será calculado com base em taxa fixa de X,XXX% (por cento), aplicada sobre o valor do capital segurado correspondente ao saldo devedor inicial de cada operação de empréstimo. O prêmio mensal será rateado proporcionalmente entre as prestações do contrato de empréstimo de cada participante, de forma que o custo do seguro seja distribuído uniformemente ao longo do prazo do contrato.

9.1.1. A taxa de prêmio fixada não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato, permanecendo inalterada independentemente de variações de mercado, alterações no perfil etário dos segurados ou outros fatores de risco.

9.2. O pagamento será efetuado pela Funpresp-Jud, sempre até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada ou outro meio convencionado entre as partes.

9.3. A apresentação de nota fiscal/fatura deverá ocorrer até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à prestação dos serviços.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

9.5. Não haverá exigência de pagamento de valor mínimo de fatura, uma vez que o seguro será custeado integralmente

com o valor descontado de cada participante no momento da concessão do empréstimo, dependendo, portanto, da ocorrência de operações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a executar o objeto contratado estritamente de acordo com as especificações deste Contrato e do Edital Funpresp-Jud nº 25/2025 e seus anexos, bem como pelos demais normativos aplicáveis a perfeita execução do objeto contratado.

10.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual seguirão o estabelecido no Capítulo III do Rile.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA GARANTIA

11.1. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do extrato na imprensa oficial, para cumprir as condições nos termos dos subitens a seguir:

11.1.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia, de 5% (cinco por cento) do valor máximo mensal, multiplicado por 60 (sessenta) meses de duração do contrato, na modalidade que vier a optar dentre as adiante relacionadas:

I. Caução em dinheiro: deverá ser efetuado depósito em favor da CONTRATANTE;

II. Seguro Garantia: a apólice deverá vigorar pelo prazo do Contrato;

III. Fiança Bancária: a carta de fiança deverá vigorar pelo prazo do Contrato.

11.1.2. A prestação da garantia, nos moldes previstos nos subitens acima, é condição de eficácia do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. As obrigações das partes, as infrações contratuais, as sanções administrativas, as penalidades cabíveis, os valores das multas e sua aplicação obedecerão ao disposto no Termo de Referência – Anexo I do Edital Funpresp-Jud nº 25/2025, bem como aos arts. 158 e 159 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Jud (RILC).

12.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DA ADIMPLÊNCIA DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, FISCAIS E COMERCIAIS

13.1. A CONTRATADA declara estar ciente e concorda em cumprir integralmente com todas as obrigações referentes aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da execução deste Contrato.

13.2. A CONTRATADA será responsável por adimplir e quitar todos os encargos trabalhistas de seus empregados envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, conforme as disposições legais aplicáveis e as convenções coletivas de trabalho vigentes.

13.3. A CONTRATADA obriga-se a manter em dia o pagamento dos tributos, contribuições, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre a prestação dos serviços ou fornecimento contratado, de acordo com a legislação fiscal em vigor.

13.4. Fica estabelecido que a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por quaisquer débitos, pendências ou passivos comerciais relacionados à execução deste Contrato, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, insumos e demais recursos necessários.

13.5. A CONTRATADA se compromete a apresentar, a qualquer momento, comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como certidões negativas de débito junto aos órgãos competentes, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

13.6. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir com suas obrigações de adimplência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, suspender ou rescindir o presente Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DO ENCERRAMENTO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. As hipóteses de encerramento e rescisão contratuais são as descritas no Rile.

14.2. Os motivos e hipóteses que podem constituir a rescisão contratual são os descritos no Rile.

14.3. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses em que o contratado for agente econômico envolvido em casos de prática de atos contra a Administração Pública estabelecidos na Lei 12.846/2013, observado o devido processo legal que o caso comportar.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: MATRIZ DE RISCOS

15.1 Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo I - Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 1 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e. Outras informações relevantes.

15.1.1. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

15.1.2. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no Rile.

15.1.3. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no Anexo I - Matriz de Riscos deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

15.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 1 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

15.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

15.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

15.2.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e, mesmo assim, sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes.

15.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.3. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos no Anexo I - Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as Partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio-econômico-financeiro do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação parcial nos termos dos subitens 9.20 a 9.24 do Termo de Referência, Anexo I do Edital Funpresp-Jud nº 25/2025 (XXXXXX).

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Consoante o art. 45 da Lei 9.784/1999, a CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Funpresp-Jud (Rile), na Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar 123/2006 e na Lei 13.303/2016, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DAS VEDAÇÕES

19.1. É vedado à CONTRATADA:

19.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.

19.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS ALTERAÇÕES

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo II: Alteração dos Contratos do Rilec.

20.2. As Partes poderão, por mútuo acordo, alterar este instrumento nos seguintes casos:

- a. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Rilec;
- c. quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d. quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e. quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; ou
- f. na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual que implique em desequilíbrio econômico-financeiro necessário para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Funpresp-Jud para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE NO USO, GUARDA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

21.1. O tratamento dos dados transferidos e/ou coletados entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE fica vinculado, única e exclusivamente, às finalidades precípua de execução do objeto contratual, no prazo de vigência estipulado, vedada a transferência, publicação e compartilhamento sem expressa autorização da CONTRATANTE.

21.2. A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as regras de tratamento de dados impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº. 13.709/2018.

21.3. A CONTRATADA fica obrigada ao sigilo, confidencialidade e tratamento adequado dos dados, responsabilizando-se por falhas de captação, armazenamento, guarda, transferência, divulgação e destruição da dados, por seus sistemas e/ou empregados.

21.4. A CONTRATADA fica obrigada, ao término da vigência deste Contrato, a eliminar, definitivamente, todos os dados recebidos, tramitados, armazenados, gerados ou que de qualquer forma integrem o objeto contratual.

21.5. Em caso de inobservância das regras de tratamento de dados previstas nas cláusulas e itens deste instrumento e, também, as determinadas pela Lei nº. 13.709/2018, a CONTRATADA poderá sofrer as sanções previstas na Seção I do Capítulo VIII da referida Lei, bem como as descritas neste Contrato, sem prejuízo da apuração das responsabilidades civil e criminal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE CONTRATOS

22.1. A critério exclusivo da CONTRATANTE, poderá ser exigido o cadastramento e a utilização do sistema ContratosGov, ou de outro sistema que o substitua, para o acompanhamento e fiscalização do Contrato.

22.2. A CONTRATADA deverá providenciar o acesso e o uso do sistema conforme as orientações fornecidas pela CONTRATANTE, garantindo que todas as informações relevantes sobre a execução do Contrato sejam atualizadas e disponíveis para consulta pelos fiscais e gestores designados.

22.3. A utilização do sistema tem como objetivo assegurar a transparência, a eficiência e a efetividade no acompanhamento das obrigações contratuais, permitindo à CONTRATANTE monitorar de forma contínua o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como a prestação dos serviços e a execução das atividades acordadas.

22.4. O não cumprimento da exigência de cadastramento e uso do sistema de controle de Contratos poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Rilec) e nas cláusulas contratuais.

22.5. As especificações técnicas, o acesso e os procedimentos para a utilização do sistema serão fornecidos pela CONTRATANTE, e a CONTRATADA deverá garantir que seus colaboradores responsáveis estejam devidamente treinados e capacitados para operar a plataforma, assegurando a conformidade com os requisitos estabelecidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DO FORO

24.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Comum Estadual da circunscrição judiciária de Brasília/DF.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lido e achado em ordem, sendo assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pela **CONTRATANTE**:

MARCO ANTÔNIO MARTINS GARCIA
Diretor de Administração

Pela **CONTRATADA**:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____

ANEXO I DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCO

1. INTRODUÇÃO

Matriz de Riscos elaborada em atendimento ao disposto no inciso X, do Art. 108 do Regulamento de Licitações e Contratos da Funpresp-Jud, aprovado em 28 de março de 2023, que dispõe que os contratos deverão, necessariamente, incluir matriz de riscos nas contratações com o objetivo de manter a equação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

2. ANÁLISE

Processo: 00282/2025

Contratação: Contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista com cobertura do risco de inadimplência de empréstimo consignado em decorrência da morte de participantes e/ou assistidos do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

Modalidade da contratação: Pregão

Tabela: Matriz de Risco

IDENTIFICAÇÃO				AVALIAÇÃO			TRATAMENTO DE RISCO	
Nº do risco	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Resposta ao Evento de Risco (Contingência)	Responsável
1	Serviço prestado de forma insatisfatória/deficiente	Execução do serviço em desacordo com o contrato	Atrasos em processos internos	1	4	4	Acionar o contratado com aplicação de sanções pactuadas; Rescisão contratual e judicialização, se couber.	Contratada
2	Subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste Contrato	Transferência ou delegação das obrigações e responsabilidades estabelecidas no contrato	Perda de controle sobre a qualidade dos serviços prestados e riscos de segurança da informação	1	4	4	Suspensão ou rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no contrato	Contratada
3	Descontinuidade dos serviços	Renúncia por parte do contratado.	Atrasos em processos internos	1	4	4	Realização de contratação de novo prestador de serviços	Contratada
4	Evento de força maior ou caso fortuito	Eventos emergentes devido à conjuntura econômica, social e saúde	Aumento do Custo; Não cumprimento do contrato; Prorrogação contratual	1	4	4	As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes conforme prazo previsto no contrato	Contratada / Contratante
5	Transferência, publicação e compartilhamento dos dados transferidos e/ou coletados sem expressa autorização da Contratante	Não cumprimento de regras de captação, armazenamento, guarda, transferência, divulgação e destruição da dados, impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº. 13.709/2018.	Penalidades financeiras, reputação prejudicada, restrições comerciais e riscos legais	1	5	5	Aplicação das sanções previstas em contrato Rescisão contratual	Contratada

PROBABILIDADE			IMPACTO		
CLASSIFICAÇÃO	OCORRÊNCIA	GRAU	CLASSIFICAÇÃO	MONETÁRIO	GRAU
Muito baixa	Evento Extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito baixo	Impacto insignificante nos objetivos	1
Baixa	Evento inesperado, muito raro, mas com histórico de ocorrência	2	Baixo	Impacto mínimo nos objetivos	2

PROBABILIDADE			IMPACTO		
Media	Evento esperado, frequência reduzida e histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4	Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito alta	Evento repetitivo e constante	5	Muito alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

ANEXO IV

REGULAMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONSCIENTES DO PLANO DE BENEFÍCIOS JUSMP-PREV

O arquivo que constitui este Anexo está disponível no sítio da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, no link indicado a seguir:

https://hml.funpresjud.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Resolucao_CD-3_2022_Aprova-Regulamento-Emprestimo.pdf

Caso a licitante não consiga visualizá-los, poderá solicitá-los por meio do endereço eletrônico geafi@funpresjud.com.br.